

HEIDEGGER E A IMAGINAÇÃO TRANSCENDENTAL KANTIANA

DANILLO LEITE*

RESUMO No presente trabalho serão analisadas algumas das teses de Heidegger acerca da imaginação transcendental kantiana, particularmente as que são expostas na obra *Kant e o Problema da Metafísica*. Tais teses poderiam ser sintetizadas da seguinte maneira: em primeiro lugar, trata-se de mostrar como entendimento e sensibilidade possuem sua origem na imaginação; em segundo lugar, Heidegger vê a imaginação como unidade a partir de onde se constitui o próprio tempo, entendido como a ordenação entre passado, presente e futuro. No fim do trabalho serão discutidos alguns problemas que essa interpretação pode gerar para a filosofia kantiana.

PALAVRAS-CHAVE Kant; Heidegger; imaginação; dedução transcendental.

Na introdução da *Crítica da Razão Pura*, vemos Kant afirmar o seguinte a respeito da sensibilidade e do entendimento:

como introdução ou advertência parece necessário dizer apenas que há dois troncos do conhecimento humano, que talvez brotem de uma raiz comum, mas desconhecida a nós, a saber, sensibilidade e entendimento: pela primeira são-nos dados objetos, mas pelo segundo são pensados¹. (B29)

Heidegger, enquanto intérprete de Kant, parece encontrar nessa passagem o ponto de partida para suas análises. Em sua obra *Kant e o Problema da Metafísica*, um dos principais objetivos de Heidegger é explorar essa “raiz comum” que Kant ainda considerava desconhecida sem, no entanto, deixar aventar a possibilidade da sua existência. Heidegger encontra na imaginação transcendental a raiz comum de onde proviriam os “dois troncos do conhecimento humano”, a sensibilidade pura e o entendimento puro. A imaginação será destarte colocada no centro de sua interpretação, sendo vista não apenas como uma faculdade intermediária entre ambos, mas como faculdade fundamental do conhecimento humano.

A imaginação transcendental, considerada como raiz comum do entendimento e da sensibilidade, só pode justificar seu estatuto de unidade originária destas duas faculdades se for possível demonstrar que estes dois elementos heterogêneos encontram nela a sua origem, isto é, que ela faz surgir a sensibilidade e o entendimento puros. Assim, o primeiro passo de

* Doutor PPGLM - UFRJ

¹ Para as citações da versão B da *Crítica da Razão Pura* foi utilizada a tradução de Valério Rohden; para versão A, citamos a tradução portuguesa de M. P. dos Santos e A. F. Morujão.

Heidegger consistirá em mostrar como as formas puras da intuição, espaço e tempo, se enraízam na imaginação transcendental.

Heidegger explica essa derivação mostrando que nas formas puras da intuição (nas representações puras do espaço e do tempo), algo de fato é intuído, a saber, a totalidade unificada do espaço e do tempo² – muito embora essas duas formas não sejam elas mesmas objetos intuídos empiricamente, a sua totalidade seria intuída enquanto forma pura, representando o conteúdo (ainda que não-objetivo) da intuição. Teríamos assim uma intuição, não de dados espácio-temporais, mas da espacialidade e da temporalidade enquanto tais.

A intuição pura nos fornece uma “visão” dessa totalidade – essa “visão” derivaria, segundo Heidegger, da imaginação. Isso poderia ser entendido a partir da definição que o próprio Kant nos fornece da capacidade de imaginação: “é a faculdade de representar um objeto também sem a sua presença na intuição” (B151). Por intermédio dessa capacidade imaginativa, nós seríamos capazes de representar a totalidade das formas puras do espaço-tempo, mesmo sem a presença de objetos dados empiricamente na intuição. A “visão” de que fala Heidegger seria ela mesma algo imaginado: “o espaço puro e o tempo puro (...) são algo, sem dúvida, como formas da intuição, mas não são em si objetos suscetíveis de intuição (*ens imaginarium*)” (B347). Para sustentar sua tese, Heidegger se baseia sobretudo na versão A da *Dedução*, na qual Kant atribui uma “sinopse” ao espaço e ao tempo (A94) – isso significa que eles nos forneceria uma visão em conjunto (*syn-ópsis*) daquilo que é representado, da totalidade do espaço e do tempo. Nesse contexto, a totalidade unificada do espaço-tempo é considerada como um dado – Heidegger observa que essa totalidade é diferente da universalidade do conceito, não podendo provir, por isso, de uma síntese do entendimento. Espaço e tempo, considerados como formas puras intuídas, formam uma visão pura da espacialidade e da temporalidade como tais, as quais constituem o horizonte para os dados possíveis da intuição empírica.

Deve-se ressaltar ainda o caráter de espontaneidade que Heidegger atribui à intuição pura, na medida em que esta é derivada da imaginação. Muito embora o próprio Kant atribua à nossa intuição um caráter meramente receptivo e não espontâneo, Heidegger subverte essa tese: a sensibilidade, na medida em que provém da mesma fonte que o entendimento, também deve possuir o caráter espontâneo deste último. Isso é justificado com o argumento de que a imaginação doa a si própria, espontaneamente, imagens, na medida em que as forma. A

² HEIDEGGER, *Kant und das Problem der Metaphysik*, § 28.

imaginação não é apenas reprodutiva, mas também produtiva³ – assim, ela também é capaz de representar aquilo que ela mesma produz espontaneamente, segundo as formas puras do espaço e do tempo.

O segundo passo consiste em mostrar o enraizamento do entendimento na imaginação. O próprio Heidegger observa que essa tarefa encontra, desde o início, uma grave objeção: o pensamento puro, na medida em que é uma faculdade superior, poderia ter de fato a sua origem na imaginação que é ela mesma, como diz Kant, uma faculdade “constantemente sensível” (A124), chamada, por isso, de “inferior”?

Heidegger tenta afastar essa objeção argumentando, em primeiro lugar, que o problema da instauração do fundamento da metafísica não diz respeito ao exame das faculdades do ânimo ou da hierarquia existente entre elas; em segundo lugar, o fato de a imaginação ser “sensível” quer dizer que ela é antes de tudo, finita, já que depende da afecção externa, não sendo ela mesma capaz de criar os objetos intuídos sensivelmente.

O principal caminho encontrado por Heidegger para justificar essa derivação (do entendimento puro em relação à imaginação) consiste em afastar os “preconceitos relativos à autonomia do pensamento puro”⁴. Assim, ele tece uma crítica em relação à lógica geral e às pretensões que esta teria de provar que o entendimento possui uma natureza própria, a qual seria completamente apartada da sensibilidade e da imaginação. Essa lógica tradicional, na medida em que trata somente das leis gerais de funcionamento do pensamento, sem estar comprometida com o fato de seus objetos poderem ser dados ou não empiricamente, diz respeito somente ao pensamento puro. Heidegger rejeita o caminho da lógica geral em favor de oferecido pela lógica transcendental, a qual considera as leis que determinam a possibilidade do conhecimento dos objetos na medida em que estes possam nos ser dados numa intuição possível. A partir disso, ele pode reivindicar a originalidade da lógica transcendental em relação à lógica geral, chegando a afirmar que “as funções do juízo, assim como os conceitos puros entendidos como noções (*Notionen*), formam elementos isolados e puramente artificiais da síntese pura”⁵. De acordo com Heidegger, Kant dissolveria a lógica formal na transcendental, fazendo desta um pressuposto necessário para aquela. Assim, a essência do entendimento puro deve ser buscada

³ Cf. B152: “na medida em que a faculdade de imaginação é espontaneidade, às vezes também a denomino capacidade *produtiva* da imaginação, distinguindo-a desse modo da *reprodutiva*, cuja síntese está subordinada puramente a leis empíricas”. Cf. Também *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Ak. VII, 167.

⁴ HEIDEGGER, op. cit. p. 179.

⁵ Idem, pp. 148-149.

a partir de sua essência autêntica, na medida em que este está ordenado à intuição sensível, portanto, na lógica transcendental.

Uma importante tese de Heidegger acerca da relação entre sensibilidade e entendimento diz que este deve estar a serviço daquela: “o pensamento não existe somente ao lado e ‘além’ da intuição; ele serve, por sua estrutura interna, àquilo que a intuição primeiramente e constantemente tem por fim”⁶. Se levarmos em conta esse aspecto enfatizado por Heidegger, não será difícil entender por que a espontaneidade do entendimento só pode se realizar no esquematismo puro, o qual “constitui o ser originário do entendimento”⁷.

Estes esquemas puros, nos diz Kant (B182-183), são por um lado, intelectuais e, por outro, sensíveis, atuando como representações mediadoras que permitem que as categorias se apliquem aos dados sensíveis. Eles são modos de unificação do tempo segundo as regras que são pensadas nas categorias. Assim, por exemplo, o esquema da categoria de substância é a permanência do real no tempo; o esquema da causalidade é o real que, uma vez posto, sempre segue algo diverso no tempo. Tais esquemas são homogêneos à categoria, na medida em que são universais e repousam numa regra *a priori*; e são homogêneos aos fenômenos, na medida em que o tempo está contido em toda representação empírica dos mesmos. Esse esquematismo se funda, por sua vez, na imaginação transcendental. A idéia de que o entendimento seria uma faculdade meramente judicativa apoia-se nas regras da lógica formal, a qual já foi descartada por Heidegger enquanto caminho para que se busque a origem do pensamento puro. Ao contrário, para Heidegger, é somente essa união entre categoria e sensibilidade presente no esquema transcendental que é capaz de mostrar em que consiste fundamentalmente o nosso entendimento.

Esse puro pensar não é caracterizado por Heidegger através de atos judicativos (isso estaria longe de sua essência), mas sim como “faculdade de regras”. Essas regras não são senão os conceitos representados pelo entendimento, os quais impõem necessidade às sínteses realizadas: assim, o conceito de corpo exigirá que a representação da extensão esteja ligada necessariamente à de impenetrabilidade. No entanto, diz Heidegger, essas regras “não são compreendidas como algo dado <na consciência>, mas são representadas como regras de

⁶ Idem, p. 83. Uma passagem da primeira Crítica que não é citada por Heidegger, mas que pode endossar essa sua tese pode ser encontrada em B33: “por meio de certas características, seja diretamente (*directe*) ou por rodeios (*indirecte*), todo o pensamento tem por fim se referir às intuições, em nós portanto à sensibilidade” (grifo nosso).

⁷ HEIDEGGER, op. cit., p. 151.

ligação (síntese), unificadoras na medida em que ligam”⁸. Isso significa que a regra de síntese não deve ser entendida como algo que antecede o próprio ato sintético, mas que só se exerce fundamentalmente nesse ato. Para Heidegger, a concepção do entendimento enquanto “faculdade de regras” não significa que tais regras devam ser concebidas em sua forma pura, não-empírica – há uma “sensorialização” (*versinnlichung*) da regra pensada pelo entendimento, na medida em que ela se aplica aos dados sensíveis – tal como vimos acima, a representação pura dessa conexão entre entendimento e sensibilidade passa a ser o esquema transcendental.

Vimos como a derivação das formas puras da intuição resultou na explicitação do caráter também espontâneo da intuição. Agora, da mesma maneira, a tese heideggeriana de que o entendimento puro tem sua origem na imaginação também irá inverter a caracterização inicial de Kant acerca da pura espontaneidade do entendimento. Este, diz-nos Heidegger, não é em sua essência apenas espontâneo, mas também receptivo. Como é possível justificar tal tese se o próprio Kant afirma que o entendimento é apenas espontâneo e não-receptivo, e a sensibilidade, por sua vez, apenas receptiva e não-espontânea? A isso, Heidegger responde que

a consideração exclusiva da intuição empírica conduz a acentuar unicamente sua receptividade, e, correspondentemente, a consideração da função lógica do entendimento no conhecimento empírico, leva a acentuar exclusivamente sua espontaneidade e sua função de ligação⁹. Assim, o entendimento, enquanto faculdade de regras, só é capaz de impô-las na medida em que também é uma faculdade receptiva, ou seja, na medida em que ele está a serviço da intuição – segundo esse ponto de vista, a razão pura humana seria fundamentalmente uma razão pura sensível¹⁰.

Um outro passo decisivo na interpretação de Heidegger é dado na elucidação detalhada de como a imaginação é capaz de constituir e formar o próprio tempo. Nas suas palavras, “é a imaginação transcendental que faz surgir o tempo como sucessão de agoras, e é, portanto, (...) o tempo originário”. Esse tempo originário não deve ser entendido como se ele próprio fosse uma ordem temporal, mas sim como o fundamento subjetivo a partir do qual se constitui essa ordenação entre passado, presente e futuro; tal fundamento não é senão a imaginação. Essa tese

⁸ Idem, p. 154.

⁹ Idem, p.153.

¹⁰ É por essa razão que Heidegger também critica o fato de Kant atribuir a origem das categorias às funções lógicas dos juízos. Estas funções não caracterizariam a essência do entendimento (o qual, como vimos não poderia ser caracterizado em termos puramente lógicos, à parte da intuição). A atribuição dessa origem às categorias resultaria numa ulterior caracterização que as despojaria de sua essência, a saber, sua relação intrínseca com a intuição. Para Heidegger, as funções lógicas do juízo seriam apenas o “fio condutor” para a descoberta de todas as categorias, mas sua origem mesma deveria ser encontrada na imaginação transcendental, considerada enquanto “raiz” de onde provém o entendimento puro. Cf. a esse respeito, Heidegger, op. cit.,§12 e CRP B105-109.

de Heidegger é fundada sobre um trecho de uma das *Preleções sobre Metafísica* de Kant, onde este afirma que a faculdade de imaginação é constituída:

1. pela capacidade de formação de imagens [*Abbildung*], a qual engendra representações do tempo presente; *facultas formandi*.

2. pela capacidade de reprodução de imagens [*Nachbildung*], a qual engendra as representações do passado; *facultas imaginandi*.

3. pela capacidade de antecipação de imagens [*Vorbildung*], a qual engendra as representações futuras; *facultas praevidenti*.¹¹ Formar imagens é constituir espontaneamente um correlato daquilo que é dado no momento presente, ou seja, trata-se de representar imediatamente a forma dos objetos recebidos na intuição. Reproduzir uma imagem é representar como presente um objeto que já não está mais presente na intuição. Antecipar uma imagem é representar um objeto que ainda não está presente.

A imaginação, considerada como capacidade de formar, reproduzir e antecipar, constituiria, então, a unidade do tempo presente, passado e futuro. Mas isso ainda não é satisfatório. Para mostrar como a imaginação origina cada um desses modos do tempo, isto é, como ela se temporaliza, Heidegger utiliza outra estratégia. O que ele faz é ligar cada um desses três modos temporais a um aspecto da síntese tripla exposta por Kant na versão A da Dedução. Essa síntese compreende: síntese da apreensão na intuição, da qual se originará (segundo Heidegger) o tempo presente; síntese da reprodução na imaginação, que será origem do tempo passado; e, por fim, síntese da reconhecimento no conceito, a qual engendrará o tempo futuro, o devir.

A síntese da apreensão constitui o presente como tal somente na medida em que consideramos o seu caráter puro (não-empírico): a apreensão empírica se relaciona com objetos imediatamente presentes na intuição; a forma pura da apreensão, ao contrário, não está relacionada com nenhum objeto específico, dado imediatamente, sendo capaz, por isso, de produzir uma “vista” da presença atual enquanto tal. Se a apreensão empírica diz respeito a objetos dados num agora específico, a sua forma pura dirá respeito à forma do agora enquanto tal, isso é, do presente em geral.

A síntese da reprodução na imaginação forma o passado em geral da seguinte maneira: para que qualquer reprodução seja possível, é necessário que o agora que já não é mais seja reconduzido ao presente e ligado ao agora presente. Tal síntese inclui necessariamente um poder de conservar aquilo que foi anteriormente percebido. A reprodução de representações,

¹¹ Idem. pp. 174-175.

considerada também em sua forma pura, constitui o “horizonte do passado”, daquilo que já não é mais, tornando possível uma “retrovisão” dos objetos em geral – essa forma pura da reprodução possibilita a atualização do agora que já não é mais, isto é, do passado enquanto tal.

Resta elucidar como a síntese da reconhecimento no conceito é capaz de constituir o futuro enquanto tal. Essa síntese coloca em jogo a unidade e a identidade de uma determinada representação, as quais são representadas pelo seu conceito. Exemplifiquemos com um exemplo fornecido pelo próprio Kant: digamos que se trate de contar até certo número; assim,

se esquecesse, ao contar, que as unidades, que tenho presentemente diante dos sentidos, foram pouco a pouco por mim acrescentadas umas às outras, não reconheceria a produção número por essa adição sucessiva de unidades nem, por conseguinte, o próprio número, pois este conceito consiste unicamente na consciência da unidade dessa síntese. (A103) A reprodução de representações seria vã, caso eu não tivesse consciência de que aquilo que penso no momento presente faz parte do mesmo objeto que pensei no momento anterior. O que garante essa identidade e essa unidade do objeto é o conceito que deve reger a síntese de representações. É a unidade pensada no conceito que confere unidade ao ato sintético, permitindo que a síntese das representações constitua um único objeto, impedindo a sua desagregação em vários atos de consciência dispersos. Mas em que medida a unidade conceitual pode ser constitutiva do futuro enquanto tal? Essa unidade conceitual é capaz de antecipar a identidade dos objetos ou, no dizer de Heidegger, ela pro-põe o ente como idêntico. A representação conceitual é capaz de pro-por a identidade dos objetos, de forma que essa pro-posição guie o ato sintético, o qual será realizado tendo por fim essa representação. Considerada em sua forma pura, essa síntese fornecerá a possibilidade de toda identificação – ela formará o horizonte de toda antecipação em geral, isto é, o futuro.

Heidegger pretende mostrar, assim, que essas três sínteses, tomadas em conjunto, são formadoras do tempo. Mas o que se queria mostrar inicialmente era que a imaginação transcendental era o tempo original, isto é, o fundamento comum do presente, do passado e do futuro. Deve haver, então, uma relação entre a imaginação e síntese tripla analisada anteriormente. Ora, diz Heidegger, por essa síntese tripla não devemos entender três sínteses distintas; ao contrário, trata-se aqui de uma única síntese, uma “síntese segundo o modo da apreensão, da reprodução e da reconhecimento”¹². A imaginação, na medida em que é chamada pelo

¹² Idem, p. 178.

próprio Kant de faculdade de síntese em geral (B103), seria, portanto, o fundamento da síntese tripla e, por conseguinte, dos três modos do tempo.

Em sua interpretação de Kant, Heidegger caracteriza a essência do *Dasein* como transcendência dos entes, isto é, como “a orientação essencial da subjetividade finita em direção a uma objetividade em geral”¹³. Essa transcendência, por sua vez, se encontra enraizada na imaginação transcendental, já que esta é considerada a raiz comum do entendimento e da sensibilidade. A tese de Heidegger é que Kant, apesar de ter realizado originalmente essa descoberta, “renunciou a explorar essa raiz comum”. Heidegger justifica tal afirmação a partir de uma diferença patente entre o tratamento dado por Kant nas duas diferentes edições da *Dedução Transcendental das Categorias*. A segunda edição rejeita a imaginação em proveito do entendimento puro, fazendo com que ela perca o papel central que possuía na primeira edição. O que era uma “função indispensável do ânimo” (A115) torna-se uma “função do entendimento” – assim, a imaginação perde seu estatuto de faculdade autônoma em detrimento do entendimento.

Com efeito, é notável que na dedução B a imaginação não entre mais em jogo com uma função própria: Kant fala, nesse contexto, de uma “síntese transcendental da capacidade da imaginação”, a qual é definida como um “efeito do entendimento sobre a sensibilidade” (B152). Enquanto faculdade ativa, o entendimento é capaz de determinar o nosso sentido interno, o qual é passivo, e a síntese imaginativa torna-se apenas o resultado de tal ato. Assim, a capacidade de imaginação passa a ser considerada como “uma faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade (...) conforme as categorias” (B152). Conforme observa Paton, um célebre comentador de Kant, nesse contexto a imaginação não é senão o “entendimento atuando em um nível inferior”¹⁴.

Outra diferença importante observada por Heidegger diz respeito à faculdade a que Kant atribui o ato de síntese. Na segunda versão da *Dedução*, Kant nos diz que “toda ligação (...) é uma ação do entendimento que designaremos com o nome geral de síntese” (B130). No entanto, no §10 da primeira *Crítica* (o qual pertence à sua primeira edição) ato de síntese enquanto tal é atribuído à imaginação.

Essas diferenças levam Heidegger a afirmar que a imaginação deixa de ser considerada por Kant como uma faculdade autônoma, ficando subordinada ao entendimento. Kant teria

¹³ Idem, p. 166.

¹⁴ PATON, *Kant's Metaphysic of Experience vol. 1*, p. 505.

“recuado” diante da imaginação transcendental, e tal recuo o teria impedido de explorá-la mais a fundo e fazer dela o fundamento essencial do conhecimento ontológico.

O que explicaria essa redução do papel da faculdade de imaginação na segunda edição da *Crítica*? A hipótese sugerida por Heidegger pode ser posta da seguinte maneira: Kant, tendo se furtado de desenvolver a fundo uma dedução subjetiva das categorias (a qual deveria elucidar em pormenores as faculdades necessariamente implicadas no conhecimento de objetos, o que incluiria a imaginação), só dispunha, para caracterizar a subjetividade do sujeito, das concepções de imaginação oferecidas pela psicologia e pela antropologia, tal como mostra a definição de imaginação citada acima, que é a mesma utilizada nos seus escritos sobre antropologia. Tais concepções tratavam a imaginação como uma faculdade “inferior”, ligada à sensibilidade. Assim, Kant, mais sensível ao prestígio da razão pura enquanto tal, não poderia ter concedido que ela fosse determinada por uma faculdade inferior como a imaginação: por isso, diz Heidegger “a segunda edição se decide pela razão pura contra a imaginação pura para salvar o domínio da razão”¹⁵.

Nesse momento, convém que façamos algumas ponderações acerca das teses estabelecidas até agora. O aspecto enfatizado por Heidegger é que entendimento e sensibilidade não podem ter sua ação considerada unilateralmente – a intuição não deve ser vista apenas a partir de seu caráter empírico, mas em suas formas puras; o entendimento não deve ser considerado apenas em seu uso puro, mas também no empírico. O que está em jogo aqui é a atuação em conjunto de ambas as faculdades, o que é necessário para o conhecimento de objetos; ou, como diria Heidegger, é o fundamento comum das duas faculdades que constitui a transcendência do *Dasein*, na medida em que possibilita a sua transcendência rumo aos entes. Heidegger pretende encontrar esse fundamento comum na imaginação transcendental. Com efeito, é possível observarmos que o próprio Kant, na *Dedução Transcendental das Categorias*, só consegue estabelecer a conexão entre categorias e dados sensíveis através da mediação da síntese transcendental da imaginação (B150-152); além disso, os esquemas puros produzidos pela imaginação representam “a condição sensível unicamente sob a qual podem ser utilizados os conceitos puros do entendimento” (B175).

A divergência entre as teses de Kant e de Heidegger parece surgir a partir do momento em que consideramos não a união, mas a separação entre ambas as faculdades. Nada impede que as regras de síntese pensadas nas categorias sejam representadas em sua forma puramente

¹⁵HEIDEGGER, op. cit., p. 170.

discursiva. Ainda que, como Heidegger, considere-se essa representação como sendo tardia em relação à unidade originária de ambas, é justamente essa representação pura e *a priori* que é capaz de garantir a necessidade dos nossos conhecimentos. Constitui um problema central para a filosofia kantiana justificar a possibilidade do conhecimento da natureza segundo regras necessárias, as quais não podem simplesmente ser abstraídas da experiência, pois, se assim fosse, tais leis seriam empíricas e contingentes, isto é, não seriam leis no sentido rigoroso que Kant quer provar. Heidegger, apesar de considerar a natureza heterogênea do entendimento e da sensibilidade, não leva em conta a possibilidade de justificação da necessidade dos nossos conhecimentos (que Kant considera como tais) caso atribuamos às categorias outra origem que não o entendimento puro.

A tese heideggeriana da ordenação do entendimento à sensibilidade não exclui a possibilidade eles atuarem separadamente. Não foi justamente isso que permitiu que a tradição criticada por Kant tivesse a pretensão de conhecer objetos não-sensíveis através de meros conceitos? A independência entre as duas faculdades ainda gera outro problema, sobre o qual Kant se pronuncia nestes termos:

poderia perfeitamente haver fenômenos constituídos de tal modo que o entendimento não os achasse conforme às condições de sua unidade (...). Nem por isso os fenômenos deixariam de oferecer objetos à nossa intuição, pois esta de maneira alguma precisa das funções do pensamento. (B123) Essa passagem mostra como resta ainda uma dúvida acerca da própria conformidade entre intuições e categorias, isto é, acerca do conhecimento objetivo segundo regras necessárias. Um dos principais estímulos para que Kant redija uma *Dedução* dos conceitos puros do entendimento é a necessidade de afastar essa dúvida. Ainda que Kant e Heidegger concordem na existência de uma unidade fundamental entre ambas as faculdades (garantida pela imaginação), essa unidade é, para Kant, algo a ser provado.

Uma das características marcantes da interpretação heideggeriana é considerar a unidade representada pela imaginação como um dado originário. Comentaristas mais recentes de Kant, como B. Longuenesse, também enfatizam essa questão da união entre os dois elementos heterogêneos do nosso conhecimento, considerando-a, no entanto, não como um dado, não como algo de que se parte, mas como algo a que se chega¹⁶.

¹⁶ LONGUENESSE, *Kant and the capacity to judge*, p. 204. “Heidegger considera a identidade das unidades sensível e discursiva como baseada em uma obscura ‘raiz comum’ (...). Se minha interpretação está correta, Kant considera a identidade das unidades sensível e discursiva como o resultado de um ato orientado para um fim, o do pensamento discursivo”.

A interpretação de Heidegger, ainda que muitas vezes “violente” o texto de Kant (o próprio Heidegger o reconhece), é ainda assim capaz de iluminar um dos aspectos centrais da filosofia teórica de Kant, que é o da união entre intuições e conceitos, o que coloca em jogo a possibilidade do próprio conhecimento. Não é à toa que Heidegger, enxergando na imaginação o fundamento dessa unidade, refere-se a ela como o centro da constituição do conhecimento ontológico, sendo ela a responsável pela fundação da metafísica geral. A unidade buscada por Heidegger como fundamento da transcendência do *Dasein* é a mesma buscada por Kant para justificar a possibilidade do conhecimento de objetos em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
HEIDEGGER, M. *Kant und das Problem der Metaphysik*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann GmbH, 1991.

KANT, I. *Gesammelte Schriften*, Ed. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin und Leipzig, de Gruyter, 1942.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad. por Rohden/ Moosburger (col. Pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad. por Santos/ Morujão. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

LONGUENESSE, B. *Kant and the Capacity to Judge*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 1998.

PATON, H. J. *Kant's Methaphysic of Experience*. New York: George Allen & Unwin LTD, The Humanities Press, 1965 (4th impression).